

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 33/2023, em que é recorrente **Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 4/2024

*(Autos de Amparo 33/2023, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, condenação a multa de 45.000\$CV (quarenta e cinco mil escudos) por litigância de má-fé, por dedução de pretensão sem fundamento, por utilização manifestamente reprovável dos meios processuais e por ter articulado no processo factos contrários à verdade)*

### I. Relatório

1. A Senhora Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento veio a este Tribunal pedir amparo, atribuindo condutas lesivas dos seus direitos, liberdades e garantias ao Egrégio STJ.

1.1. Ocorre que o seu pedido de amparo, por razões esmiuçadas no *Acórdão 173/2023, de 23 de novembro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2480-2488, não passou para a fase de mérito;

1.2. Circunstância que a terá motivado a lançar mão de um pedido de aclaração para, aparentemente, obter uma decisão de admissibilidade do recurso que interpôs, tentando reverter esse aresto do TC, além de imputar a essa decisão uma confusão quanto à notificação do recurso do MP. Isto porque, respetivamente, asseverou que:

1.2.1. Requeria “a aclaração do [A]córdão nº 173/2023, e em consequência [que] o recurso [fosse] admitido, por ter[em] sido respeitad[as] todas as exigências para a sua admissibilidade”;

1.2.3. E por proclamar que “no acórdão [de que reclamava], fez[-]se confusão quanto [à] notificação do recurso do MP, junto do Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau, na qual a recorrente foi notificada apenas da subida do recurso e nunca dos fundamentos do recurso do MP”.

2. Através do *Acórdão 183/2023, de 13 de dezembro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Indeferimento de Pedido de Aclaração do Acórdão 173/2023, por manifesta inexistência de fundamento para se alegar obscuridade ou ambiguidade de trechos identificados do aresto*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 131, 27 de novembro de 2023, pp. 2660-2665, o Tribunal Constitucional rejeitou liminarmente esse suposto pedido de aclaração, sugerindo que a reclamante tinha atuado de forma processualmente censurável por ter, primeiro, lançado mão de um expediente pós-decisório de aclaração para tentar alterar uma decisão sobre a admissibilidade de um recurso de amparo e, segundo, por ter feito afirmações manifestamente falsas, tentando induzir esta Corte em erro.

3. Depois de a decisão ter transitado em julgado, o JCR proferiu despacho sustentando que:

3.1. A recorrente nos autos terá incorrido em práticas processualmente censuráveis de, primeiro, utilizar um incidente pós-decisório – o pedido de aclaração – para obter decisão de admissão de recurso de amparo em circunstância de notória e injustificável desconexão entre o pedido e a causa de pedir e sem base legal; e, segundo, de alegar que não foi notificada de um recurso interposto pelo MP, assertiva que, pelos documentos autuados, provou-se ser notoriamente falsa; fazendo, com isto, adiar a produção dos efeitos do acórdão prolatado por este Tribunal Constitucional;

3.2. Esta última conduta foi repetida duas vezes, nomeadamente na peça de interposição do recurso de amparo e no requerimento de pedido de aclaração, não obstante, o tribunal, na sua decisão de admissibilidade, ter alertado a recorrente para as consequências processuais do seu comportamento;

3.3. E que estes geraram danos e custos ao Tribunal Constitucional, posto que este órgão judicial foi obrigado a desviar-se da sua agenda de julgamentos e de redação de acórdãos, suspendendo a análise de vários outros processos urgentes, muitos dos quais

com arguidos presos, para apreciar o mérito das pretensões da recorrente e decidir o incidente por ela colocado, e da elevada censurabilidade de atos que, maliciosamente, podem conduzir o Tribunal Constitucional a laborar em erro;

3.4. Sendo assim, promoveu no sentido de o Tribunal Constitucional contemplar a possibilidade de condenar a recorrente por litigância de má-fé em valor a fixar em conferência, determinando que, nos termos da lei, a mesma fosse notificada para se pronunciar, em querendo.

3.4.1. A notificação foi executada no dia 19 de dezembro de 2023;

3.4.2. Não tendo à mesma reagido a recorrente.

4. Concluso o processo ao JCR.

4.1. Este, depois de analisar a questão, no dia 27 de dezembro do mesmo ano, já na qualidade de JCP, proferiu despacho de marcação de conferência para se apreciar o pedido para o dia 5 de janeiro de 2024;

4.2. Data em que efetivamente ela se realizou e em que se adotou a decisão acompanhada da fundamentação que se articula nos segmentos seguintes desta decisão.

## **II. Fundamentação**

1. De acordo com a promoção do JCR,

1.1. A recorrente nos autos terá incorrido em práticas processualmente censuráveis de, primeiro, utilizar um incidente pós-decisório – o pedido de esclarecimento – para obter decisão de admissão de recurso de amparo em circunstância de notória e injustificável desconexão entre o pedido e a causa de pedir e sem base legal; e, segundo, de alegar que não foi notificada de um recurso interposto pelo MP, assertiva que, pelos documentos autuados, provou-se ser notoriamente falsa; fazendo, com isto, adiar a produção dos efeitos do acórdão prolatado por este Tribunal Constitucional;

1.2. Esta última conduta foi repetida duas vezes, nomeadamente na peça de interposição do recurso de amparo e no requerimento de pedido de esclarecimento, não

obstante, o tribunal, na sua decisão de admissibilidade, ter alertado a recorrente para as consequências processuais do seu comportamento;

1.3. E que estes geraram danos e custos ao Tribunal Constitucional, posto que este órgão judicial foi obrigado a desviar-se da sua agenda de julgamentos e de redação de acórdãos, suspendendo a análise de vários outros processos urgentes, muitos dos quais com arguidos presos, para apreciar o mérito das pretensões da recorrente e decidir o incidente por ela colocado, e da elevada censurabilidade de atos que, maliciosamente, podem conduzir o Tribunal Constitucional a laborar em erro.

2. A multa por litigância de má-fé encontra-se prevista tanto na Lei do Tribunal Constitucional, como no Código de Processo Civil, aplicáveis respetivamente por força do artigo 134 do primeiro diploma e do artigo 1º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

2.1. No primeiro caso, remete-se para o artigo 94, parágrafo sexto, referente a outro processo constitucional, nos termos do qual “quando entender que alguma das partes deve ser condenada como litigante de má-fé, o relator dirá nos autos, sucintamente, a razão do seu parecer e mandará ouvir o interessado por dois dias”, o qual, nos termos do artigo 134, é aplicável no quadro da doutrina da triangulação adotada por esta Corte Constitucional (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 3.1.2).

2.2. No segundo caso, remete-se para o artigo 420 do CPC.

3. O qual, desde logo, considera litigante de má-fé, quem,

3.1. De um ponto de vista objetivo, tiver deduzido pretensão ou oposição, cuja falta de fundamento não ignorava; e/ou tiver alterado a verdade dos factos ou omitido factos essenciais para a decisão da causa; e/ou tiver feito do processo ou dos meios processuais um uso manifestamente reprovável com o fim de conseguir um objetivo ilegal, de entorpecer a ação da justiça ou de impedir a descoberta da verdade;

3.2. De um ponto de vista subjetivo, atua com dolo ou negligência grave.

4. Começando pela primeira imputação feita de que a reclamante utilizou um incidente pós-decisório – o pedido de esclarecimento – para obter decisão de admissão de recurso de amparo em circunstância de notória e injustificável desconexão entre o pedido e a causa de pedir e sem base legal;

4.1. Pode dizer-se que ela resulta da forma como a reclamante construiu a sua peça, primeiro, colocando reclamação com fundamento em obscuridade de trechos do acórdão e pedindo admissão do recurso,

4.1.1. Como se pode verificar do segmento petitório inscrito nas conclusões da sua peça, na qual, no ponto 29, assevera que “face a dúvidas suscitadas suplicamos a esclarecimento do duto acórdão e em consequência admitido o presente recurso de amparo”,

4.1.2. E do pedido já que formulado em termos segundo os quais “requer-se esclarecimento do acórdão nº 173/2023 e em consequência o recurso admitido, por [terem] sido respeitad[as] todas as exigências para a sua admissibilidade”;

4.2. Ora, trata-se de caso evidente de desconexão entre a causa de pedir e o pedido, senão vejamos:

4.2.1. Em qualquer das circunstâncias a causa de pedir seria a suposta obscuridade de certos trechos do acórdão arguida nos termos do artigo 578, alínea a), do CPC às quais deveriam conduzir, se procedentes as alegações, a um dever de prestar esclarecimentos que incumbiria a este Tribunal. Por conseguinte, é por demais evidente de que quando se invoca uma obscuridade ou uma ambiguidade de um trecho do acórdão – a causa de pedir – o pedido é sempre o esclarecimento;

4.2.2. Contudo, neste caso concreto, a recorrente resolveu utilizar um meio, o pedido de esclarecimento, para atingir um outro fim, a admissão de recurso de amparo já rejeitado, o que, decididamente, não cabe dentro de qualquer reclamação por obscuridade ou ambiguidade de acórdão;

4.3. Mas, mais. Segundo: não satisfeita, e como o Tribunal já havia determinado através do *Acórdão 183/2023, de 13 de dezembro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Indeferimento de Pedido de Esclarecimento do Acórdão 173/2023, por manifesta inexistência de fundamento para se alegar obscuridade ou ambiguidade de*

*trechos identificados do aresto*, Rel: JCP Pina Delgado, 2.3, a reclamante articula argumentos de suposta obscuridade ou ambiguidade de certos trechos do acórdão numa situação em que, de forma clara, tanto compreendeu o conteúdo da decisão reclamada que se autorizou a censurá-la por supostos erros de julgamento e contradições com decisões anteriores do próprio Tribunal Constitucional, tecendo considerações sugestivas, como:

4.3.1. “Com todo o devido e merecido respeito pela opinião contrária que é muito, a decisão que ora se pede a sua aclaração, não ajuizou condignamente os fundamentos de facto e de direito apresentado pela recorrente”;

4.3.2. Ao “[c]ontrário do entendimento plasmado no acórdão que ora se pede aclaração, o nosso ordenamento jurídico não exige que seja requerido expressamente que a audiência do julgamento seja realizada de forma pública, artigo 35º, nº 9, da CRCV”;

4.3.3. No “acórdão fez-se confusão quanto à notificação (...)”;

4.3.4. “Sem contar que os posicionamentos vertidos no presente acórdão sobre essa questão, contrariam vários acórdãos proferidos por esta Corte, que sempre defendeu que a omissão de notificação direta e na pessoa do arguido é obrigatóri [a] (...)”.

4.4. O que, desde logo, demonstra a sua má-fé processual de lançar mão de um meio de reação pós-decisório inidóneo com o objetivo de tentar censurar o mérito da decisão de não admissão e de obter outra decisão deste Tribunal Constitucional,

4.4.1. Neste particular, a reclamante deduziu pretensão cuja falta de fundamento não ignorava, até porque não é primeira vez que esta Corte já tinha alertado para as consequências da continuidade deste comportamento processual, nomeadamente:

A – No *Acórdão 42/2021, de 20 de setembro de 2021, Alex Saab v. STJ, referente a pedido de aclaração do Acórdão 39/2021*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2590-2593, 2.3.1: “[o] instituto da aclaração de decisões judiciais não tem e não pode ter a finalidade de proporcionar a intervenientes processuais uma oportunidade para a partir de teses que acolhem renovar a discussão das questões já decididas pelo Tribunal, trazer novas questões ou propor o desenvolvimento da fundamentação através da colocação de indagações complementares na sequência de suscitação de dúvidas, sejam elas retóricas ou genuínas, a órgão judicial

ou tampouco para reagirem contra eventuais omissões de pronúncia ou da desconsideração pelo Tribunal de elementos que carrearam para os autos. Serve singelamente para que possam ver esclarecidos trechos da decisão que sejam objetivamente obscuros ou ambíguos e possam ter os elementos necessários para efeitos de ponderação sobre a utilização de meios de reação judicial ainda existentes”;

B – No *Acórdão 111/2023, de 3 de julho de 2023, Manuel Monteiro Moreira v. TRS, Rejeição liminar de pedido de aclaração e de reforma do Acórdão 103/2023, por manifesta falta de fundamento*, Rel. JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série N. 75, 23 de julho de 2023, pp. 1486-1491, “3. No concernente ao pedido de aclaração, o que se encontra na desconexa redação apresentada, longe de conter qualquer identificação de textos, integra, outrossim, um discurso, em tom bastante áspero e nos limiares da urbanidade, que visa essencialmente manifestar a discordância do recorrente com essa decisão que não admitiu o seu recurso de amparo, entre outros fundamentos, porque não dirigiu o devido pedido de reparação à entidade que praticou o ato, conforme exige a lei. 3.1. O único segmento que aparentemente se afasta do longo rol de agravos contra o Tribunal Constitucional apresentados pelo recorrente é o trecho em que formula pergunta de acordo com a qual “tendo a questão da inexistência da gravação ponderada e pronunciada em 1ª instância, como pode o TC considerar que [o] TRS pronunciou sobre isso como pioneira?”; 3.2. Porém, paradoxalmente, considerando tratar-se de um pedido de aclaração, sustentado em situação em que o recorrente mantém dúvidas sobre parte integrante de acórdão, nomeadamente pela sua obscuridade ou ambiguidade, aqui tem tanta certeza sobre o que leu que se prontificou a responder, dizendo não se estar perante caso em que o TRS se pronunciou em primeira instância, pelo que a decisão deveria ser reformada admitindo-se o recurso de amparo. 3.3. Por conseguinte, apesar de parecer não entender a diferença entre uma conduta praticada em primeira instância pelo TRS e uma conduta perpetrada originariamente pelo TRS, tão convictamente formulou o seu entendimento que seguramente nenhuma valia terá qualquer esclarecimento que o Tribunal lhe podia prestar, os quais, pelos vistos, muito lhe seriam úteis”;

C – *Acórdão 148/2023, de 4 de setembro de 2023, Pedro dos Santos da Veiga e outros v. TRS, Indeferimento de Pedido de Aclaração e Reforma do Acórdão 130/2023 por falta de base legal*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2017-2019, 2.4.3.: “[d]e resto, o instituto da aclaração

de decisões judiciais não tem e não pode ter a finalidade de proporcionar a intervenientes processuais uma oportunidade para, a partir de teses que acolhem, renovar a discussão das questões já decididas pelo Tribunal”;

4.4.2. Inclusive em processos patrocinados pelo mesmo causídico que a representou nos presentes autos, a saber:

A – *Acórdão 1/2022, de 26 de janeiro de 2022, Adilson Staline Mendes Batista v. Presidente do TRS, Pedido de Aclaração do Acórdão 59/2021, de 6 de dezembro*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 332-333, 2.4.1: “[p]or motivos evidentes estas pretensões extravasam e muito um pedido de aclaração, cujo caráter excecional, sobretudo por se dirigir a uma jurisdição especial que intervém depois de todas as outras, limita-se a objetivos processuais de esclarecimento dos acórdãos que tira quando estes se mostrarem obscuros ou ambíguos. (...). Portanto, mesmo que questões legítimas possam decorrer do sentido do aresto em causa, nomeadamente as questões a), b) e c), não havendo obscuridade que tolha a compreensão dos segmentos que o integram, não abrange questões adicionais, seja para promoção de discussões meramente académicas, seja para propósitos de obtenção de esclarecimentos destinados a auxiliar o recorrente a delinear eventual estratégia de atuação processual”.

B – *Acórdão 3/2022, de 27 de janeiro de 2022, Ukechukwu Onuzuigbo e outros v. Presidente do TRS, Pedido de Aclaração do Acórdão 58/2021, de 6 de dezembro*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 343-344, 2.4.1.: “[p]or motivos evidentes estas pretensões extravasam e muito um pedido de aclaração, cujo caráter excecional, sobretudo por se dirigir a uma jurisdição especial que intervém depois de todas as outras, limita-se a objetivos processuais de esclarecimento dos acórdãos que tira quando estes se mostrarem obscuros ou ambíguos. (...). Portanto, mesmo que questões legítimas possam decorrer do sentido do aresto em causa, nomeadamente as questões a), b) e c), não havendo obscuridade que tolha a compreensão dos segmentos que o integram, não abrange questões adicionais, seja para promoção de discussões meramente académicas, seja para propósitos de obtenção de esclarecimentos destinados a auxiliar os recorrentes a delinear eventual estratégia de atuação processual”;



4.4.3. Além disso, fez dos meios processuais um uso manifestamente reprovável com o fim de conseguir um objetivo ilegal, na medida em que, num caso ou no outro, a lei não permite que se reverta decisão de não-admissão de recurso de amparo através de incidente de esclarecimento. Se o Tribunal Constitucional tem admitido que, à margem de proibição legal, recorrentes em autos de recurso constitucional possuem interesse processual para colocar incidentes de esclarecimento, as posições jurídicas que decorrem de tal reconhecimento têm o exclusivo propósito de permitir que um jurisdicionado que tenha legítimas dúvidas sobre um segmento de uma decisão obtenha a devida clarificação. Se já nem o direito de ação pode ser construído como ilimitado, se o direito ao recurso é constrangido nos termos da lei, muito menos se poderá conceber o incidente pós-decisório de esclarecimento como uma reação processual que permite desafiar decisões de mérito, como parece pretender a reclamante/recorrente. Posto que, assim procedendo, está clara e notoriamente a abusar do direito de acesso aos tribunais, o que, naturalmente, impõe que se atue em conformidade, extraindo-se do seu comportamento processual nocivo as devidas consequências sancionatórias;

4.4.4. Assim sendo, só se pode concluir que, neste particular, o comportamento da recorrente recai debaixo de certos elementos típicos que integram o conceito objetivo de má-fé, denotando uma má-fé instrumental evidente, recomendando que seja por isso sancionada, nos termos da lei.

4.5. Num contexto em que pelo menos um dos dois elementos subjetivos alternativos também está presente,

4.5.1. Já que, no mínimo, atuou com negligência grave, demonstrativa de uma lide temerária, ao deduzir pretensão de reapreciação de decisão de não-admissão de recurso de amparo através da suscitação de incidente de esclarecimento;

4.5.2. Tentando, assim, testar o sistema, lançando um isco envenenado ao tribunal – o incidente de esclarecimento – para ver se fisionava uma decisão de reversão da decisão de não-admissão de recurso de amparo.

5. Mais grave ainda foi o seu comportamento de articular factos inverídicos para obter ganho de causa no Tribunal,

5.1. Que se prende com a afirmação feita várias vezes ao longo do processo de que não foi notificada do recurso que o Ministério Público da Comarca de São Nicolau interpôs, nomeadamente:

5.1.1. Na peça de reclamação que dirigiu ao Supremo Tribunal de Justiça no dia 23 de junho de 2023 (f. 89) começou por alegar que “não foi notificada do recurso interposto pelo MP, junto do Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau, que pediu o aumento da pena e consequente agravamento da sua situação jurídica (...)”;

5.1.2. No recurso de amparo que dirigiu a este Tribunal no dia 13 de setembro, disse que “compulsados os autos, constata-se que a recorrente não foi notificada do recurso do MP (folhas 336 a 361) (...)” (para. 11), insistindo que “da análise do processo, podemos afirmar que a recorrente não foi notificada direta [...] e pessoalmente nem do recurso do MP (...)” (para. 13);

5.1.3. Mais tarde, já em sede de suscitação do suposto incidente de aclaração, manifestou-se taxativamente contra determinação em sentido contrário feita por este Tribunal asseverando que “no acórdão [de que reclamava], fez[-]se confusão quanto [à] notificação do recurso do MP, junto do Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau, na qual a recorrente foi notificada apenas da subida do recurso e nunca dos fundamentos do recurso do MP”;

5.2. Por três vezes, os órgãos intervenientes no processo demonstraram a falsidade dessas alegações:

5.2.1. Desde logo, o Egrégio STJ que, através de exposição absorvida pelo *Acórdão 05/2022/2023, de 30 de agosto*, considerou que “com relação à invocada não notificação do recurso da sentença pelo Tribunal Judicial da Comarca de S. Nicolau, contrariamente ao que refere a ora Requerente, tanto ela quanto o ilustre mandatário constituído, foram, a 18 de outubro de 2016, notificados do recurso que o MP interpôs daquela decisão (...), tendo-lhes sido facultada cópia do requerimento e da respetiva motivação, conforme consta de certidão de notificação de fls. 377 e 377 vso”;

5.2.2. Em seguida, esta Corte Constitucional, por meio do *Acórdão 173/2023, de 23 de novembro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência*

*de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado*, 9.2.1, concluiu que a recorrente de “forma inverídica” disse que “houve falta de notificação do recurso do MP, o qual foi comunicado tanto ao causídico quanto à recorrente”, conforme estava consagrado na f. 377 v. dos autos do processo principal.

5.2.3. Finalmente, através do aresto que rejeitou a sua reclamação, o Tribunal Constitucional determinou inequivocamente que, perante as alegações da recorrente de que o Tribunal Constitucional havia feito confusão porque ela não tinha sido notificada, respondeu-se, depois de se mencionar outra vez a mesma f. 377 v., que “[n]ão constando que tenha invocado a falsidade destes documentos autênticos ou das respetivas assinaturas, dir-se-á que longe de o Tribunal Constitucional ter feito confusão, é a recorrente que quer confundir o Tribunal com inverdades e fazendo um uso manifestamente censurável do processo” (*Acórdão 183/2023, de 13 de dezembro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Indeferimento de Pedido de Aclaração do Acórdão 173/2023, por manifesta inexistência de fundamento para se alegar obscuridade ou ambiguidade de trechos identificados do aresto*, Rel: JCP Pina Delgado, 3.1.4).

5.3. Este percurso é demonstrativo de que:

5.3.1. A recorrente incorreu num comportamento típico de alteração da verdade dos factos, representado de forma adulterada uma situação – a da não ocorrência da notificação – quando existem documentos probatórios inequívocos no sentido contrário, nomeadamente um que atesta que se tinha notificado a “arguida Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento” e o mandatário da arguida, Senhor Anildo Santos, de todo o conteúdo do despacho que admitiu os recursos interpostos nos autos, que consta da respetiva cópia e o duplicado do requerimento/fundamentação, que lhes entreguei no ato. De tudo disseram ficar ciente e assinam. Isso, na sequência de douto despacho da juíza titular que expressamente determinou que o Senhor Dr. João Marcelino do Rosário, o Mandatário da arguida, Dr. Anildo Santos e a arguida Sra. Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento fossem notificados de “todo o conteúdo do despacho que admitiu os recursos interpostos nos mencionados autos, que consta da respetiva cópia e o duplicado do requerimento/fundamentação para serem entregue[s] no ato”;

5.3.2. Agindo aqui com dolo manifesto, já que, primeiro, é inequívoco que, como diz, compulsou os autos, tendo inclusive pedido acesso aos mesmos quando estavam sob custódia do Supremo Tribunal de Justiça; e, segundo, por ter sido diversas vezes confrontada com formulações explícitas dos tribunais de que as suas alegações não só não eram sustentáveis perante o acervo probatório existente, como deliberadamente faltavam à verdade, correspondendo claramente a uma situação que já não é só de lide temerária, mas de verdadeira lide dolosa;

5.3.3. Nisso violou um dos deveres processuais previstos pelo número 1 do artigo 420 de não articular factos contrários à verdade, além dos importantes deveres gerais consagrados no artigo 8º, parágrafo primeiro, do CPC, de agir de boa-fé e de usar uma conduta processual correta, nomeadamente não articulando factos contrários à verdade (...);

5.3.4. Em suma, a recorrente, assumindo comportamento típico de um *improbis litigator*, justifica atuação conforme deste Tribunal assente em determinação de má-fé processual substantiva, já que incidente sobre o próprio mérito do pedido de amparo.

6. A consequência de tal determinação é a aplicação de uma multa por litigância de má-fé.

6.1. Balizada essencialmente pelo artigo 144 do Código de Custas Judiciais, aplicável *ex vi* o artigo 94, parágrafo quarto, da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, que permite a aplicação de multas por litigância de má-fé entre os 1.000\$CV (mil escudos) e os 100.000\$CV (cem mil escudos).

6.2. A determinação do valor sempre dependerá de uma ponderação que leve em consideração o grau de culpa de um sujeito processual; os prejuízos causados ao tribunal e ao interesse público; a prevenção geral e especial atinentes a qualquer regime sancionatório; a situação económica da sancionada e quaisquer outros fatores ponderosos que possam ser balanceados, respetivamente,

6.2.1. Se o recorrente incorre em dolo ou em mera negligência grave, consoante tiver havido uma adesão plena ao comportamento ilícito, pretendendo a produção desse resultado ou concebendo a possibilidade de ele ocorrer, ou preterição grave de deveres de diligência no sentido de estar obrigado a conhecer a ilicitude de um determinado

comportamento, impelindo o autor, a de forma descuidada e leviana, ou, no limite, pagando para ver o seu comportamento contrário ao direito compensa, nomeadamente em função dos benefícios que dele pode extrair ou por acreditar que as consequências seriam reduzidas ou inexistentes;

6.2.2. Se do seu comportamento resultam danos para o Tribunal, quer assumam natureza tangível referente aos recursos despendidos para efeitos de autuação e distribuição das peças, combustível gasto nas notificações, luz elétrica consumida na preparação do julgamento, etc.; quer sejam de natureza mais intangível como o tempo perdido pelo JCR e pelos demais juízes para proceder ao julgamento e consequente desvio das responsabilidades que assumem perante outros processos, a maior parte dos quais com igual urgência decisória, ou os danos ocasionados ao interesse público que resultam do atraso na efetivação de decisões proferidas pelos tribunais judiciais ou pelo TC, causando uma sensação de descrédito generalizada no sistema.

6.2.3. Na medida em que os tribunais superiores, nomeadamente o Tribunal Constitucional, têm competências vastas e têm vários processos em tramitação. No caso desta Corte não só processos objetivos com impacto notório sobre a vida da República, como também inúmeros processos subjetivos que dizem respeito a direitos e interesses de titulares de direitos fundamentais. Por conseguinte, não é o espaço próprio para frivolidades ou expedientes processuais dilatórios ou ilegais. Precisamente porque ocupa o Tribunal desnecessariamente com questões que, em bom rigor, não têm objetivos processuais legítimos, absorvem recursos públicos sem propósito e impedem que se dê a atenção devida a processos idóneos com notório prejuízo para os direitos de outras pessoas. De outra parte, a litigância que se exerce em tribunais superiores, marcada é certo por possibilidades amplas de defesa, têm limites, e não pode ter na sua base violações grosseiras ao dever de boa-fé dos sujeitos processuais, de tal sorte a promoverem falsidades processuais, procurando induzir o Tribunal em erro.

6.2.4. Por tais comportamentos não serem inócuos, eles devem ser desincentivados. Daí que se justifique, dentre os elementos de ponderação para a fixação da sanção de multa por litigância de má-fé, que se avalie as necessidades de prevenção especial, particularmente relevantes em casos de litigantes contumazes, e de prevenção geral, sobretudo em situações em que se esteja perante processos gratuitos, nos quais a ausência de taxas judiciárias é mais um incentivo à litigância frívola e abusiva;

6.2.5. Naturalmente, o Tribunal deverá igualmente considerar a situação económica da recorrente, nomeadamente ponderando o seu património, as remunerações e rendimentos que tenha, os seus encargos pessoais e familiares e as suas responsabilidades financeiras;

6.2.6. Residualmente, não será igualmente despiciendo avaliar outros fatores, nomeadamente o contexto processual que enquadra o comportamento improbo e os interesses subjetivos em causa, ou qualquer outro fator ponderoso que se justifique considerar.

6.2.7. É com base nesses critérios que o Tribunal fixa o valor da multa aplicar à litigância de má-fé da recorrente.

6.3. A censurabilidade do comportamento é máxima porque,

6.3.1. Primeiro, não ignorando o propósito e as finalidades do incidente de esclarecimento e a despeito de seguidos alertas do Tribunal Constitucional resolveu insistir com a utilização da figura para reverter uma decisão de não-admissão de recurso de amparo, exortando este Coletivo a rever a sua posição;

6.3.2. Segundo, por ter articulado facto não correspondente à verdade não uma, mas três vezes e, nesse processo, não só ignorando as chamadas de atenção, como repreendendo os tribunais por não aceitarem o facto paralelo que dolosamente inventou;

6.3.3. Por conseguinte, tratando-se de culpa assente em dolo evidente num dos casos, justifica-se uma sanção exemplar.

6.4. Tendência que não é mitigada pela avaliação do segundo critério, na medida em que a insistência nesse comportamento em sede pós-decisória acarretou prejuízos notórios para o Tribunal Constitucional, considerando que:

6.4.1. Por um lado, o JCR foi obrigado a suspender e adiar a apreciação de vários outros recursos e ações constitucionais, desviar os recursos humanos a ele afetos para apreciar as alegações da recorrente com a seriedade exigida, verificar autos longos e complexos folha por folha, analisar todas as alegações feitas pela recorrente, e preparar mais um projeto de acórdão;

6.4.2. Cada JC teve de apreciar as mesmas questões paralelamente para que pudessem ter uma posição, e o Coletivo foi obrigado a reunir-se mais uma vez para, em conjunto, deliberar e apreciar as alegações espúrias da recorrente;

6.4.3. Do outro, os efeitos da decisão judicial tomada em processo penal foram retardados por força do expediente que a recorrente lançou mão;

6.5. Mais ainda reforçada essa tendência fica pela necessidade de se dissuadir a recorrente de insistir nesse tipo de conduta e, sobretudo, evitar que faça escola no nosso sistema judicial tais comportamentos processuais.

6.5.1. Por um lado, o que menos o sistema judicial precisa nesta fase é de uma utilização abusiva de incidentes pós-decisórios desprovidos de sentido, correspondendo a um verdadeiro abuso de direito que a recorrente deveria abster-se, já que promoveu a sua utilização como se fossem recursos ordinários formatados para obrigar os tribunais e reapreciar o mérito das suas decisões;

6.5.2. E, do outro, porque os efeitos de se admitir que não existem consequências de se tentar induzir, através da articulação de factos falsos, o Tribunal Constitucional a laborar em erro seriam sistemicamente catastróficos.

6.6. Não tem o Tribunal Constitucional elementos completos sobre a situação financeira atual da recorrente e do seu agregado familiar, até porque instada a pronunciar-se sobre a promoção do JCR nada disse, e nada consta desses autos específicos, com a exceção de um termo de assunção e reconhecimento de dívida e um documento de que tem um filho matriculado em instituição universitária estrangeira.

6.7. Mas, não deixa de considerar que se justifica uma maior tolerância em relação a esses excessos quando o processo-pretexto seja de natureza penal, estando em causa, como, neste caso, a liberdade ambulatoria da pessoa, caminhando no mesmo diapasão o facto de o Tribunal ainda dever exercer alguma pedagogia nesta matéria, antes de fixar as multas por litigância de má-fé em montantes mais próximos ao valor máximo.

7. Assim, considerando o grau de culpa da recorrente, os danos causados ao funcionamento do Tribunal Constitucional e ao interesse público da boa administração da

justiça, a necessidade de coibir esse tipo comportamento, e os fatores residuais elencados no ponto 6.7, fixa-se uma multa no valor de 45.000\$CV (quarenta e cinco mil escudos).

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem condenar a recorrente a uma multa de 45.000\$CV (quarenta e cinco mil escudos) por litigância de má-fé, considerando que deduziu pretensão sem fundamento, fez dos meios processuais um uso manifestamente reprovável e articulou no processo factos contrários à verdade.

Registe, notifique e publique.

Praia, 17 de janeiro de 2024

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 17 de janeiro de 2024.

O Secretário,

*João Borges*